

Trabalhando Para Você, Cidadão.

www.camaraconquista.com.br

Aprovado em 1 ≥Discussão em 20108 1200 2

PROJETO DE LEI Nº 22/2002 - L

Aprovado em Discussão em

Assinatura do Presidente

DECLARA DE **UTILIDADE** PÚBLICA ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO **MULHER** DA VITÓRIA DA CONQUISTA. ESTADO DA BAHIA - BANCO CONQUISTENSE DA MULHER -BANMULHER.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA APROVA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação da Mulher de Vitória da Conquisra – Estado da Bahia – Banco Conquistense da Mulher - BANMULHER sociedade civil sem fins lucrativos, cuja sede sito à Praça Barão do Rio Branco 94 sala 203 - Ata e Estatuto registrados no Cartório de Títulos e Documentos sob Protocolo nº 33715 e registro nº 5.259 - AA/6 em 31 de outubro de 2001.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. CONCEDIDA A DISPENSA DE PAUTA

PELO PLENARIO EM RRIO 8 02

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2002

Assinatura do Presidente

Gilzete Moreira Alexandre Pereira Lygia Matos 1º Secretário

Presidente

Miguel Felício

2ª Secretária Vice-Presidente

Câmara Municipal de Vitória da Conquista - Bahia



Trabalhando Para Você, Cidadão.

Aprovado em Jo Discussão em La

CATIVA LIDO NO EXPEDIENTE DE OS IO

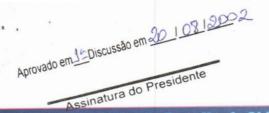
Assinatura do Presid

A Associação da Mulher de Vitória da Conquista, sociedade civil sem fins lucrativos, tem prestado relevantes serviços à sociedade conquistense. Dentre seus objetivos consta a permanente busca da inserção da mulher no contexto econômico e social do Município, objetivo esse que tem sido alcançado graças aos esforços de seus partícipes.

Destaca-se, entre as várias realizações desta Associação, a criação de programas de fomento ao crédito com destino a empreendimentos de pequenas empresárias, dando condições de subsistência econômica a várias pessoas, integrando-as ao contexto econômico e social.

Ressalte-se o caráter de não-lucratividade da Associação, que busca o desenvolvimento do microcrédito como forma de propiciar aos microempreendedores da região alternativas como o auto-emprego ou a micro-empresa.

A busca pela inserção das camadas mais desfavorecidas ou de cidadãos ainda marginalizadas dos setores produtivos é atitude que merece o louvor de toda a comunidade, deve receber o



LIDO NO EXPEDIENTE DE OG IOF

www.camaraconquista.com.br

reconhecimento de todos os cidadãos. A Mulher, que já conquistou o reconhecimento formal de igualdade, agora luta para ter meios concretos de conquistar a igualdade nas oportunidades de trabalho, acesso aos meios produtivos e ao crédito.

Para que se incentive ainda mais a continuidade de programa tão essencial à esse Município, é conveniente que se declare de Utilidade Pública a Associação da Mulher de Vitória da Conquista, proporcionando, assim, melhores condições para que desenvolva suas atividades de integração econômica e social da mulher, bem como é forma de expressar o reconhecimento da sociedade aos seus louváveis trabalhos.

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2002.

Gilzete Moreira

Alexandre Pereira

1º Secretário

Presidente

2ª Secretária

Vice-Presidente

Aprovado em 20 Discussão em 20 108 12002

Assinatura do Presidente



Vitória da Conquista, 13 de Março de 02.

À Câmara de Vereadores Rua Ernesto Dantas, 85, sala 209, 2º andar Nesta.

Senhores Vereadores,

Submetemos para vossa apreciação, os documentos em anexo concernentes a esta Associação que tem por objetivo promover o desenvolvimento institucional do microcrédito em geral, propiciando crédito aos microempreendedores, formais ou informais, criando novos canais de distribuição de recursos financeiros e viabilizando alternativas de investimento para a geração de ocupação e renda.

A Associação representa um suporte econômico para a comunidade local e micro região, pois apoia a população de baixa renda na busca do auto emprego, valorizando-a do ponto de vista econômico e social sem visar lucros. Desta forma, solicitamos que a mesma seja reconhecida como empresa de Utilidade Pública, o que certamente favorecerá ainda mais a comunidade, pois passará a ter menores custos financeiros e consequentemente haverá um volume maior de recursos para repasse de microcrédito.

Antecipadamente manifestamos nossos agradecimentos e ficamos no aguardo do vosso pronunciamento.

Cordiais saudações,

Sômilia Guismalo Gerente Executivo

Assoc. de Crédito da Mulher de Vit. da Conquista-BANMULHER



CONSELHO FISCAL:

Efetivos: Jorge de Oliveira Moreira, Verbena Soares da Silva, Ivanilde Amorim Santos. Suplentes: Raimundo José Lima Bonfim, Cristiane Oliveira Mendes Moraes, Dalva Andrade Guimarães.

CONSELHO CONSULTIVO:

Maria Emília Caminha de Castro, Cacilda Sales Coelho, Irma Lemos Santos Andrade, Ana Santa de Castro Lima, Marileuza Souza Bulhões, Maria Lúcia Cajazeira Mendes, Zilma Calheira da Silva, Maria Rita Teixeira Guimarães, Josélia Souza Santos, Aloísio Neves Novais, Virgílio Américo Gusmão Mendes de Andrade, Mônica Soraya Brandão Gonçalves de Magalhães, Neusa Santos Pinto, Girley Rocha, Gislene Prates Barbosa, Maria Sueli Bulhões Pimentel, Rosita Marinho de Castro, Cristina Solange Pereira Santos.



Vitória da Conquista, 13 de Março de 02.

À Câmara de Vereadores Rua Ernesto Dantas, 85, sala 209, 2º andar Nesta.

Senhores Vereadores,

Submetemos para vossa apreciação, os documentos em anexo concernentes a esta Associação que tem por objetivo promover o desenvolvimento institucional do microcrédito em geral, propiciando crédito aos microempreendedores, formais ou informais, criando novos canais de distribuição de recursos financeiros e viabilizando alternativas de investimento para a geração de ocupação e renda.

A Associação representa um suporte econômico para a comunidade local e micro região, pois apoia a população de baixa renda na busca do auto emprego, valorizando-a do ponto de vista econômico e social sem visar lucros. Desta forma, solicitamos que a mesma seja reconhecida como empresa de Utilidade Pública , o que certamente favorecerá ainda mais a comunidade, pois passará a ter menores custos financeiros e consequentemente haverá um volume maior de recursos para repasse de microcrédito.

Antecipadamente manifestamos nossos agradecimentos e ficamos no aguardo do vosso pronunciamento.

Cordiais saudações,

Sônia Gusmão
Gerente Executivo

Assoc de Crédito de Millimentie Wil de Conquiste BANMULHER



COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

ROSSANE NASCIMENTO F. FLORES

Diretora Presidente

Brasileira, casada, publicitária.

CPF.: 367.152.395-68 RG.: 0161714897 SSP-BA

ELIUDE PEREIRA TANAN RIBEIRO

Diretora Vice-Presidente

Brasileira, casada, administradora.

CPF.: 656.982.075-75 RG.: 4500044-14 SSP-BA

LUCENILZA ALMEIDA ALVES

Diretora Financeira

Brasileira, casada, empresária.

CPF.: 623.789.615-53 RG.: 5782580 SSP-BA YARA NEY DA SILVA GOMES

Diretora Secretária

Brasileira, divorciada, professora.

CPF.: 958.801.515-49 RG.: 2264234 SSP-BA

MARIA D'AJUDA C. FERREIRA

Diretora Técnica

Brasileira, casada. Professora.

CPF.: 172.571.905-34 RG.: 01634158-97 SSP-BA

ELISABET CARNEIRO ALVES

Advogada Consulente

Brasileira, casada, advogada.

CPF.: 234.186.485-68 OAB – BA 11657

DIRETORES VOGAIS:

AMÉLIA NONATO DA S. OLIVEIRA

CPF.: 409.049.205-00 RG.: 696307 SSP-BA

End.: Rua Ernesto Dantas, 55, centro.

ADENY BITTENCOURT S. MENDES

CPF.: 472.812.195-04 RG.: 0033959870 SSP-BA

End.: Rua Siqueira Campos, 887, ap.

801, recreio.



APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Av. Rosa Cruz, 135 - Candeias Vitória da Conquista - BA'

Tel: (77) 424 -1648

Vitória da Conquista, 08 de março de 2002 Ofício nº 28/2002

Senhores Vereadores,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória Conquista, entidade respeitada por toda a comunidade conquistense, reconhece o caráter de Utilidade Pública da Associação de Crédito da Mulher de Vitória da Conquista/BA, o Banco Conquistense da Mulher (BanMulher).

Solicitamos aos diletos Senhores que também vislumbrem a importância de tal instituição, colaborando para o pleno atendimento dos benefícios que lhe cabem por direito reconhecido.

Cordialmente,

alusa How Gerusa Mara Alves Santos

Presidente

Câmara Municipal de Vereadores Vitória da Conquista - Bahia ATT: Srs. Vereadores



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Certificamos

que a ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA - ESTADO DA BAHIA - BANCO CONQUISTENSE DA MULHER -"BANMULHER", CGC/CNPJ nº 04.601.270/0001-09, foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e que consta do processo MJ nº 08000.021532/2001-81, conforme Despacho do Secretário Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2001, publicado no Diário Oficial de 10 de dezembro de 2001.

Brasília, 11 de dezembro de 2001

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

M ORIGINAL

a esta fotocópia DE 1200

la Enyop Leas Diair Consid Leite

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Brasilia DE segunda rera 110 de sesembra de 2001



SECRETARIA NACIONAL DE JUSTICA

COORDENAÇÃO-GERAL DE JUSTICA. CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIDADE

DIVISÃO DE OUTORGAS E TÍTULOS

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 29 de Novembro de 2001

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das en-

como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9,790:

I. "GESTÃO NO TERCEIRO MILENIO" - GTM, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 04.717.545/0001-74 - (Processo MJ nº 08000.021044/2001-74);

II. AGÊNCIA JACAREZINHENSE DE DESENVOLVI-MENTO E PROMOÇÃO DA SAÚDE - AJADPS, com sede na cidade de JACAREZINHO, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 04.753.748/0001-16 - (Processo MJ nº 08000.022004/2001-40);

III. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MICROCRÉDITO - PORTAL DO MICROCREDITO, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 04.764.075/0001-08 - (Processo MJ nº 08000.022094/2001-79);

CGC/CNPJ n° 04.764.075/0001-08 - (Processo MJ n° 08000.022094/2001-79);

IV. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO, QUALIFICAÇÃO E CULTURA DOS TRABALHADORES DA BAHIA - ACAT, com sede na cidade de SALVADOR, Estado da Bahia - CGC/CNPJ n° 03.376.965/0001-71 - (Processo MJ n° 08000.021699/2001-42);

V. ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA - ESTADO DA BAHIA - BANCO CONQUISTADO DA BAHIA - BANCO CONQUISTENSE DA MULHER "BANMULHER", com sede na cidade de VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia - CGC/CNPJ n° 04.601.270/0001-09 - (Processo MJ n° 08000.021532/2001-81);

VI. ASSOCIAÇÃO NOVOLHAR, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ n° 03.767.604/0001-56 - (Processo MJ n° 08000.020908/2001-31);

VII. BANCO DE CRÉDITO POPULAR DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AÇU - BANCRI, com sede na cidade de ITAJAÍ, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ n° 03.905.703/0001-57 - (Processo MJ n° 08000.020909/2001-85);

08000.020909/2001-85);

VIII. CENTRO DE APOIO À ECONOMIA POPULAR SO-LIDÁRIA - CAEPS, com sede na cidade de PASSO FUNDO, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 04.198.218/0001-53 - (Processo MJ nº 08000.020907/2001-96);

IX. COMUNIDADE EDUCACIONAL DE PIRENÓPOLIS -

COEPI, com sede na cidade de PIRENÓPOLIS, Estado de Goiás -CGC/CNPJ n° 01.706.965/0001-67 - (Processo MJ n°

CGC/CNPJ n° 01.706.965/0001-67 - (Processo MJ n° 08000.021013/2001-13);

X. FUNDAÇÃO ECOLÓGICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MANACAPURU - (FEPAM), com sede na cidade de MANACAPURU, Estado do Amazonas - CGC/CNPJ n° 03.986.697/0001-00 - (Processo MJ n° 08000.021577/2001-56);

XI. INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DE MARINGÁ, com sede na cidade de MARINGÁ, Estado do Paraná - CGC/CNPJ n° 04.516.513/0001-00 - (Processo MJ n° 08000.021536/2001-60);

XII. INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - EDUCARTE, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ n° 04.704.519/0001-01 - (Processo MJ n° 08000.020457/2001-31);

08000.020457/2001-31);

08000.020457/2001-31);
XIII. INSTITUTO BRASILEIRO DO DIREITO MODERNO - IBDM, com sede na cidade de RECIFE, Estado de Permambuto
- CGC/CNPJ n° 04.307.610/0001-93 - (Processo MJ n°
08(000.021533/2001-26);
XIV. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS - IDEP, com sede na cidade de MARECHAL CÂNDIDO
RONDON, Estado do Paraná - CGC/CNPJ n° 04.739.848/0001-98 (Processo MJ n° 08000.021010/2001-80);

(Processo MJ n° 08000.021010/2001-80); (Processo MJ nº 08000.021010/2001-80);

XV. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E CIDADA-XV. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E CIDADA-NIA - IDECI, com sede na cidade de RIBEIRÃO, Estado de Per-nambuco - CGC/CNPJ nº 04.707.946/0001-43 - (Processo MJ nº 08000.020715/2001-80); XVI. INSTITUTO EMPREENDER - ENSINO PROFISSIO-

XVI. INSTITUTO EMPREBNDER - ENSINO PROFISSIO-NALIZANTE - EMPREENDER, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 03.666.886/0001-03 - (Processo MJ nº 08000,020858/2001-91); XVII. INSTITUTO NAVEGAR PARA O DESENVOLVI-

XVII. INSTITUTO NAVEGAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL - INSTITUTO NAVEGAR, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de SÃO PAULO
- CGC/CNPJ nº 04.764.306/0001-75 - (Processo MJ nº
08000.021697/2001-53);
XVIII. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, PARA EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL, LOGISTICA, ADMINISTRAÇÃO, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO - OSCIP BRASIL - EDILATI, com sede na
cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº
04.741.251/0001-88 - (Processo MJ nº 08000.021606/2001-80);
XIX. ORGANIZAÇÃO VIVER - VIVER; com sede na cidade de LONDRINA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº
04.565.017/0001-47 - (Processo MJ nº 08000.021578/2001-09).
XX.VIA PÚBLICA - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA E DAS ORGANIZAÇÕES DE
INTERESSE PÚBLICO, com sede na cidade de SÃO PAULO - CGC/CNPJ nº 04.546.064/0001-43 - (Processo
MJ nº 08000.022352/2001-17):

MJ n° 08000.022352/2001-17):

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3º 1, da Lei nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS - ABGLT, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 00.442.235/0001-33 - (Processo MJ nº 08000.021698/2001-06).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de

08000.021698/2001-06).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei nº 9.790:

I. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE UNAÍ MG-ADESU, com sede na cidade de UNAÍ, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 03.675.515/0001-80 - (Processo MJ nº 08000.021700/2001-39);

II. ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ n° 36.751.345/0001-24 - (Processo MJ n° 08000.021701/2001-83);

CGC/CNPJ n° 36.751.345/0001-24 - (Processo MJ n° 08000.021701/2001-83);
III. ASSOCIAÇÃO PARA FOMENTO DA EDUCAÇÃO EDUCA-RIO, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do
Rio de Janeiro - CGC/CNPJ n° 04.436.969/0001-60 - (Processo MJ n°

EDUCA-RIO, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 04.436.969/0001-60 - (Processo MJ nº 08000.020727/2001-12);

IV. CENTRO DE ORIENTAÇÃO AMBIENTAL TERRA INTEGRADA - C.O.A.T.I., com sede na cidade de JUNDIAÍ, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 73.988.495/0002-63 - (Processo MJ nº 08000.021215/2001-65);

V. FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL - FADE, com sede na cidade de UBERLÂNDIA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 22.229.678/0001-83 - (Processo MJ nº 08000.021135/2001-18);

VI. FUNDAÇÃO ESPERANÇA, com sede na cidade de SANTARÉM, Estado do Pará - CGC/CNPJ nº 05.409.222/0001-86 - (Processo MJ nº 08000.021531/2001-37);

VII. INSTITUIÇÃO COMUNITARIA DE CRÉDITO BLUMENAU SOLIDARIEDADE - ICC - BLUSOL, com sede na cidade de BI-UMENAU, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 02.145.793/0001-62 - (Processo MJ nº 08000.020714/2001-35).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, ho Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3º, III, da Lei nº 9.790:

I. "UNIDADE DO PARANÁ DA UNIDADE NACIONAL BRASILEIRA DA UNIVERSIDADE LATINO AMERICANA E DO CARIBE" - UNIPLACBR. com sede na cidade de CURITIBA, Es-

BRASILEIRA DA UNIVERSIDADE LATINO AMERICANA E DO CARIBE" - UNIPLACBR, com sede na cidade de CURITIBA, Es-



Mantenedora do Albergue Nosso Lar Av. Rosa Cruz, 1035 (Candeias) Telefone (77)424-6399

Mantenedora do Lar da Criança Meimei Rua Lajedinho, 05 (Kadija) Fone (77) 424-5135

Mantenedora da Banca de Livros Espíritas José Oliveira Lima Praça 9 de Novembro

Regiorada no Conselho Municipal de Assistência Social pela Lei nº 8742, de 07/12/1993

Registrada no Ministério da Educação e Cultura-CNSS- em 03/04/1955 Lei nº 1439 de 13/12/1951

Registrada na Diretoria da Assistência Social da Secretaria da Saúde Pública do Estado da Bahia, sob nº 376, publicado no D.O. nº 6279 de 22/02/1962

Registrada na Setrabes sob nº 376

Cadastrada na Assembléia Legislativa em 26/03/1985

Reconheciada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 179 de 19/05/1956

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 3967 de 22/12/1981

Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 92.343 de 29/01/1986 E-mail: uevc@clubenet.com.br

Declaração

Declaramos que a ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA – ESTADO DA BAHIA – BANCO CONQUISTENSE DA MULHER – BANMULHER, CNPJ n.º 04.601.270/0001-09, foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Utilidade Pública.

Vitória da Conquista, 11 de março de 2002.

Edmundo Santos Rocha Presidente



ACIDE Associação Conquistense de Integração do Deficiente

AVENIDA PÉRICLES GUSMÃO, 1017 - CANDEIAS CEP 45.000-000 - VITÓRIA DA CONQUISTA - BA CNPJ N.º 16.422.248/0001-80 FONE: (77) 424-9954

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins, que a ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA -ESTADO DA BAHIA - BANCO CONQUISTENSE DA MULHER - "BANMULHER", CNPJ nº 04.601.270/0001-09 é qualificada como empresa de UTILIDADE PÚBLICA.

Vitória da Conquista, 08 de Março de 2002.

Luiz Fernando Pereira Couto Presidente da ACIDE





Atestado

Atestamos para os devidos fins, que a ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA – ESTADO DA BAHIA – BANCO CONQUISTENSE DA MULHER – "BANMULHER", CNPJ nº 04.601.270/0001-09 é qualificada como empresa de UTILIDADE PÚBLICA.

Vitória da Conquista, 08 de março de 2002.

02.822.871/0001-16

Associação Cristo Liberta

Rua Francisco Braga, 154 S. Vicente CEP 45000-000

Vitória da Conquista - BA

ATA DE ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA ESTADO DA BAHIA – "BANCO CONQUISTENSE DA MULHER – BANMULHER"



Protocolo No 33 285

Registro No 5 119-48/5

Ata de Assembléia de Constituição da Associação de Crédito da Mulher de Vitória da Conquista- Estado da Bahia, "Banco Conquistense da Mulher-BANMULHER"- Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e hum, reuniram-se no Auditório do Educandário Juvêncio Terra, sito à Rua Ascendino Melo nº 177, as pessoas adiante nomeadas: Deputado Federal Coriolano Souza Sales, brasileiro, solteiro, adovogado, CPF nº 028989115-49, RG nº 1134 SSP. Ba, residente à Avenida São Geraldo nº 451, Apt. 902, edificio Jardim da Cidade- Centro- Vitória da Conquista-Ba. Maria Emília Caminha de Castro, brasileira, empresária, CPF nº 046088105-10, RG nº 666474 SSP. Ba, endereço: Praça Barão do Rio Branco, nº 42- Centro, Vitória da Conquista- Ba; Cacilda Sales Coelho, brasileira, casada, professora CPF nº 555.045.905-15, RG nº 0J546581-87 SSP. Ba, residente à Avenida Siqueira Campos nº 95 Apt. 702- Recreio, Vitória da Conquista- Ba; Rossane Nascimento Ferraz Flores, brasileira, casada, publicitária, CPF nº 367152395-68, RG nº 01617148 SSP. Ba, endereço Rua Jonas Hortélio nº 509, Recreio, Vitór a da Conquista- Ba; Elíude Pereira Tanan Ribeiro, brasileira, casada, administradora, CPF nº 656982075-34, RG nº 4500044 SSP. Ba, endereço: Rua Presidente Kenedy nº 340, Recreio, Vitória da Conquista- Ba; Yara Ney da Silva Gomes, brasileira, divorciada, professora, CPF, nº 958801515-49, RG nº 2264234 SSP. Ba, endereço: Rua 03, casa 25, Inocoop I, Candeias, Vitória da Conquista- Ba; Maria D' Ajuda Cardoso Ferreira, brasileira, casada, professora, CPF nº 172571905-34, RG nº 01634158-97 SSP. Ba, endereço: Avenida Frei Benjamin nº 90, Patagônia, Vitória da Conquista- Ba; Lucenilza Almeida Alves, Brasileira, casada, empresária, CPF nº 623789615-53, RG nº 5782580 SSP. Ba, endereço: Rua Washington Luiz nº 275, Sumaré, Vitória da Conquista-Ba; Sônia Cristina Miranda Gusmão, brasileira, divorciada, bancária, CPF nº 206751275-72, RG nº 1250071 SSP. Ba, endereço: Rua D. Pedro I nº 181, Flamengo, Vitória da Conquista- Ba; Amélia Nonato da Silva Oliveira, brasileira, casada, comerciante, CPF nº 409049205-00, RG nº 696307 SSP. Ba, endereço Rua Ernesto Dantas nº 55- Shopping Conquista Center, 3º piso- Centro, Vitória da Conquista- Ba; Adeni Bittencourt Santos Mendes, brasileira, casada, professora, CPF nº 472812195-04, RG nº 0033959870 SSP. Ba, endereço Rua Siqueira Campos nº 887,

12,an gro

grache

(D)0-1-

Apt. 801- Recreio, Vitória da Conquista- Ba; Jorge de Oliveira Moreira, brasileiro, divorciado, contabilista, CPF nº351187175-15, RG nº 03577899-70 SSP. Ba, endereço Rua D nº 24, Urbis IV- Zabelê, Vitória da Conquista- Ba; Verbena Soares da Silva, brasileira, casada, comerciante, CPF nº164617115-20, RG nº 883334 SSP. Ba, endereço Avenida Brumado nº 1069- Brasil, Vitória da Conquista- Ba; Ivanilde Amorim Santos, brasileira, casada, comerciante, CPF nº363687335-00, RG nº 0088530450 SSP Ba, endereço Rua Ernesto Dantas nº 55, Shopping Conquista Center 3º piso, loja 44- Centro, Vitória da Conquista- Ba; Raimundo José Lima Bonfim, brasileiro, casado, administrador hospitalar, CPF nº775834695-20, RG nº 1419737 SSP. Ba, endereço Av. Ilhéus nº 2428- Brasil, Vitória da Conquista- Ba; Dalva Andrade de Guimarães, brasileira, casada, auxiliar de escritório, CPF nº115980775-20, RG nº1194715 SSP. Ba, endereço Av. Ivo Freire de Aguiar, nº 470 - Candeias, Vitória da Conquista- Ba; Elisabete Carneiro Alves, brasileira, casada, advogada, CPF n°234186485-68, RG - OAB-BA n°11657, endereço Rua Goés Calmon n°256, edificio Idalina Veloso, sala 205- Centro, Vitória da Conquista- Ba; Irma Lemos Santos Andrade, brasileira, casada, comerciante, CPF nº359064135-53, RG nº00803337 SSP. Ba, endereco Rua Pompílio Neto nº 55, Centro, Vitória da Conquista -Ba; Ana Santana de Castro Lima, brasileira, casada, comerciante, CPF nº795148715-33, RGnº767274 SSP. Ba, endereço Avenida Brasil nº 750- Candeias, Vitória da Conquista- 3a; Marileuza Souza Bulhões, brasileira, casada, comerciante, CPF nº637161785-00, RC nº0088081982 SSP. Ba, endereço à Av. Brasil nº 100-Recreio, Vitória da Conquista- Ba; Maria Lucia Cajazeira Mendes, brasileira, casada, pedagoga, CPF n°692524085-68, RG n°971404 SSP. Ba, endereço Avenida Artur Seixas nº 618- Candeias, Vitória da Conquista- Ba; Zilma Calheira da Silva, brasileria, casada, comerciante, CPF n°050082125-91, RG n°0078760259, endereço Av. Salvador nº799- Brasil, Vitória da Conquista- Ba; Maria Rita Teixeira Guimarães, brasileria, viúva, comerciante, CPF n°111521405-87, RG n°0116726768 SSP. Ba, endereço Rua H, Quadra J, casa 11 Morada do Bem Querer- Candeias, Vitória da Conquista- Ba; Josélia Souza Santos, brasileira, casada, comerciante, CPF nº112836455-72, RG nº01697167-16 SSP Ba, endereço Rua Francisco Santos nº66-Centro, Vitória da Conquista- Ba; Renane Prates Porto, brasileiro, solteiro, comerciante, CPF nº092353615-91, RG nº0117551643 SSP Ba, endereço Rua Prudente de Morais nº295- Sumaré, Vitória da Conquista- Ba; Márcio Nolasco Santos, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº152762668-75, RG nº05908395-60 SSP. Ba, endereço Travessa Duarte da Costa nº01- Alto Maron, Vitória da Conquista-Ba; Aloísio Neves Novais, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº031238858-60, RG nº29455194, endereço Av. Crescêncio Silveira nº 571- Centro, Vitória da Conquista-Ba; Zilda dos Santos Gomes, brasileira, casada, professora, CPF nº444858915-34, RG n°04143404-85 SSP. Ba, endereço Caminho 01, casa, 11, Urbis V- Zabelê, Vitória da Conquista- Ba; Virgilio Américo Gusmão Mendes de Andrade, brasileiro, divorciado, comerciante, CPF nº287667415-72, RG nº0229441505 SSP. Ba, endereço Rua E, nº68, Lote Jardim Guanabara, Vitória da Conquista- Ba; Mônica Soraia Brandão Gonçalves de Magalhães, brasileira, casada, comerciante, CPF nº344498765-04, RG nº0188668322 SSP. Ba, endereço Rua Francisco Santos nº76-A-Centro, Vitória da Conquista- Ba; Neuza Santos Pinto, brasileira, viúva, comerciante, CPF nº613468705-78, RG nº8417088 SSP. Ba, endereço Rua Paramirin nº952-Patagônia, Vitória da Conquista- Ba; Girley Rocha, brasileira, solteira, comerciante,

Our

Lieunge.

Super the College

CPF n°440106645-68, RG n°3692937 SSP. Ba, endereço Av. Itabuna n°2522- Brasil, Vitória da Conquista- Ba: Gislene Prates Barbosa, brasileira, casada, comerciante, CPF nº144714695-68, RG nº00916819-28 SSP. Ba, endereço Praça Tancredo Neves nº85- Centro, Vitória da Conquista- Ba; Maria Sueli Bulhões Pimentel, brasileira, casada, comerciante, CPF nº776626605-91 RG nº2214147 SSP. Ba, endereço Rua Lourival Cairo nº545- Recreio, Vitória da Conquista- Ba; Rosita Marinho de Castro, brasileira, solteira, administradora, CPF nº130124285-34, RG nº007923009-03 SSP. Ba, endereço Av. Brasil nº1200- Candeias, Vitória da Conquista- Ba; Matilde Morais Santos, brasileira, viúva, comerciante, CPF nº182531645-72, RG nº2400371 SSP. Ba, endereço Rua Laudicéia Gusmão nº408- Centro, Vitória da Conquista- Ba; Cristina Solange Pereira Santos, brasileira, casada, comerciante, CPF nº338791095-91, RG nº03257289-17 SSP. Ba, endereço Av. Paraná nº 452- Patagônia, Vitória da Conquista- Ba; Clóvis Ribeiro Flores, brasileiro, casado, advogado, CPF n°003570905-78, RG n°004406011-37 SSP. Ba. Endereço Av. Glauber Rocha n°31-Caminho do Parque, Vitória da Conquista- Ba; Ailma Peixoto Sampaio Almeida, brasileira, casada, bancária, CPF nº130152145-00, RG nº1039541 SSP. Ba, endereço Av. Campo Grande nº540- Candeias, Vitória da Conquista- Ba; Ademilde Nascimento Macedo Bertoldi, brasileira, casada, comerciante, CPF nº334512815-20 RG nº0347904890 SSP. Ba, endereço Rua Coronel Gugé nº155- Centro, Vitória da Conquista- Ba; Angélica Porto Falcão, brasileira, casada, comerciante, CPF nº130074245-34, RG nº0085320285 SSP. Ba, endereço Iris Silveira nº205- Candeias, Vitória da Conquista- Ba; Cleonice Gomes Oliveira, brasileira, casada, secretária, CPF n°635743655-00 RG n°05138917-73, endereço Av. Serrinha n°5610- Ibirapuera, Vitória da Conquista- Ba; Carlos Henrique dos Anjos Fróes, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº603572905-34, RG nº06899842 SSP. Ba, endereço Av. Santa Helena nº397- Sumaré, Vitória da Conquista- Ba; Cleci Moreira de Almeida, brasileira, casada, comerciante, CPF nº749901285-91, RG nº0414377990 SSP. Ba, endereço Av. Barreiras nº2890- Brasil, Vitória da Conquista- Ba; Divane Maria Melo Rodrigues Leite, brasileira, solteira, instrumentadora cirúrgica, CPF nº338257265-68, RG nº01022510-29 SSP. Ba, endereço Rua João Miguel Lourenço nº315- Alto Maron, Vitória da Conquista- Ba; Maria Rosa Cordeiro, brasileira, divorciada, comerciante, CPF n°350409715-91, RG n°03508624-60 SSP. Ba, endereço Av. Barreiras n°2872-Brasil, Vitória da Conquista- Ba; Elzeni Fernandes de Souza, brasileira ,casada, comerciante, CPF n°358767515-53, RG n°07503748-37 SSP. Ba, endereco Av. Itabuna nº2612- Brasil, Vitória da Conquista- Ba; Eufrásio Gomes de Andrade Filho, brasileiro, solteiro, comerciante, CPF n°528686215-20, RG n°04143696-29 SSP. Ba, endereço Rua João Pessoa nº84- Centro, Vitória da Conquista- Ba; João Rocha Moreira, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº989880778-49, RG nº8828458 SSP. Ba, endereço Av. Frei Benjamin nº2522- Brasil, Vitória da Conquista- BA; Ellen Porto e Silva, brasileira, solteira, comerciante, CPF n°440108855-72, Rg n°02933037-50 SSP. Ba, endereço Av. Itabuna, 3232- Ibirapuera, Vitória da Conquista- Ba; com o objetivo e constituir uma associação sem fins lucrativos denominada ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER VITÓRIA CONOUISTA. DA **ESTADO** DA BAHIA-CONQUISTENSE DA MULHER- BANMULHER", que se regerá pelas leis em vigor e pelo Estatuto, cujas cláusulas e condições, aprovadas por todos os presentes, vão adiante transcritas: ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CREDITO DA

Call His

- DARA

MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA- ESTADO DA BAHIA- "BANCO CONQUISTENSE DA MULHER- BANMULHER" CAPÍTULO I- DA DENOMINAÇÃO REGIME, SEDE, DURAÇÃO E LOGOMARCA ART. 1º A ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA denominada BANCO CONQUISTENSE DA MULHER-BANMULHER", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida pelo presente Estatuto e pela legislação do país. Art. 2º No prazo de até 2 (dois) anos, a ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO poderá adaptar este Estatuto aos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999 Art.3º A ASSOCIAÇÃO tem sede e foro na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, provisoriamente situada na Praça Barão do Rio Branco, 94 sala 203- segundo andar, Centro. Art.4º O tempo da duração da ASSOCIAÇÃO é indeterminado Art.5° A ASSOCIAÇÃO terá direito ao uso da logomarca "BANCO CONQUISTENSE DA MULHER- BANMULHER", que traduz um rosto estilizado de mulher em forma circular, com perfil direcionado para frente resultando num jogo de imagens que mostra o progresso, o desenvolvimento. Ao lado da logomarca vem o nome "BANMULHER" em posição de evidência, sendo o conjunto de letras "BAN" na cor rosa pink, aproximando-se do tom magenta e o nome "MULHER" na cor lilás. Um traço na cor grafice em posição horizontal, separa a marca do nome "BANCO CONQUISTENSE DA MULHER"- "BANMULHER". CAPÍTULO II DA JURISDICÃO. Art.6º Esta ASSOCIAÇÃO terá jurisdição nos Municípios da Região Sudoeste da Bahia e , especialmente nos seguintes: Anagé, Aracatu, Barra do Choca, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caraíbas, Candido Sales, Condeúba, Caetanos, Encruzilhada, Guajeru, Iguaí, Ibicuí, Itambé, Presidente Jânio Quadros, Jacaraci, Maetinga, Mortugaba, Mirante, Nova Canãa, Piripá, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conqusita. Parágrafo Unico: A ASSOCIAÇÃO aplicará seus recursos nos Municípios da Região Sudoeste da Bahia, integrantes da jurisdição, com o objetivo de fomentar a produção gerando renda, em especial, para a MULHER TRABALHADORA. CAPÍTULO III. DOS OBJETIVOS SOCIAIS. Art.7º A ASSOCIAÇÃO, visando estimular, intensificar, normatizar, coordenar e aperfeiçoar serviços em pol do desenvolvimento da população em geral e mais especificamente das mulheres, tem por objetivos: I) Proporcionar o desenvolvimento humano, sócio- econômico e cultural, sobretudo dos estratos de mais baixos rendimentos, ampliando sua participação e a de sua família na economia da Região Sudoeste da Bahia e fortalecendo a cidadania; II) Apoiar as atividades econômicas exercidas preferencialmente por mulheres, objetivando sua integração no mercado de produção de bens e serviços; III) Promover a capacitação de empreendedores de pequenos negócios, através do acesso a técnicas gerenciais e organizacionais; IV) Desenvolver o potencial de geração de renda, através da concessão de crédito para financiamento de seus empreendimentos econômicos. Art.8º Para o cumprimente de seus objetivos a ASSOCIAÇÃO poderá promover parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, mediante assinatura de competentes instrumentos jurídicos, sempre voltados para o cumprimento dos objetivos estatutários da ASSOCIAÇÃO. CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO. Art.9º O patrimônio da ASSOCIAÇÃO será constituído: I) Por recursos que lhe forem destinados mediantes acordos, convênios e contratos de cooperação técnica e financeira; II) Por contribuição dos sócios, doações, legados, dotações, auxílios e subvenções que lhe forem feitos por pessoas fisicas e jurídicas, de

Surviviso 1

grocle

direito privado, nacionais e estrangeiros, por órgãos publicos, III) Por bens e direitos provenientes de rendas patrimoniais; IV) Por receitas oriundas de serviços que venham a prestar, assim como de investimentos e aplicações que realizar; V) Por bens móveis e imóveis que vier a adquirir; Parágrafo Unico: A alienação dos bens imóveis e de direito dependerá de prévia aprovação da Diretoria da ASSOCIAÇÃO. CAPITULO V DO BALANCO SOBRAS E PERDAS E FUNDOS SOCIAIS. Art.10° A ASSOCIAÇÃO levantará um balanço semestral, no dia 30 de junho, e outra anual, este no dia 30 de dezembro de cada ano. Art.11º As sobras ou perdas serão do conhecimento da Assembléia Geral, após o encerramento do balanço realizado no último dia do mês de dezembro de cada ano. Art.12º O Fundo de Reserva é indivisível entre os associados mesmo nos casos de dissolução ou liquidação da ASSOCIAÇÃO, hipótese em que será recolhido aonde a lei vigente determinar, juntamente com o remanescente não comprometido. Art.13º As sobras líquidas à disposição da Assembléia serão lancadas em um "Fundo Especial da Assembléia" até decisão final. Parágrafo Único: As sobras líquidas serão distribuídas da seguinte forma: 1) Para constituição de um Fundo Especial para liquidez correspondente a 30% (trinta por cento); II) Para um Fundo de Reserva Comunitário de 10% (dez por cento) destinado a programas de valorização da Mulher e ou para atender a crianças carentes; III) Para um Fundo de Reserva Educacional de 10% (dez por cento), destinado a capacitação e treinamento Educativo dos associados e empregados e dirigentes em políticas de micro- crédito; IV) Das sobras restantes de 50% (cinquenta por cento), para decisão da Assembléia Geral. Art.14° Quando, no exercício, se verificarem prejuizos e o Fundo de Reserva for insuficiente para cobri-los, esses serão atendidos pelos associados, mediante sistema de rateio diretamente proporcional às operações ativas de cada um . CAPÍTULO VI DO QUADRO SOCIAL. Art.15º O quadro social da ASSOCIAÇÃO será constituído por número ilimitado de sócios, pessoas físicas e jurídicas que preenchendo os requisitos estatutários exigidos para tanto, sejam acolhidos nos termos deste Estatuto e que serão distribuídos nas seguintes categorias: I) Sócios Fundadores, aqueles que tiverem assinado a Ata de Fundação da ASSOCIAÇÃO; II) Sócios Patrocinadores, aqueles que patrocinarem atividades da ASSOCIAÇÃO em especial as educativas e culturais; III) Sócios Colaboradores, aqueles que colaborarem com a ASSOCIAÇÃO através de recursos técnicos ou operacionais; IV) Sócios Contribuintes, aqueles que pagarem regularmente contribuições financeiras estabelecidas pela Assembléia Geral; Beneméritos, aqueles que por seus relevantes serviços e préstimos à ASSOCIAÇÃO, a assembléia Geral outorgue-lhes o título. ART.16° O ingresso dos sócios colaboradores, contribuintes e patrocinadores será referendado pela Diretoria da ASSOCIAÇÃO. Art.17º São direitos dos sócios: I) Votar e ser votado nas Assembléias Gerais; II) Participar de todas as atividades da ASSOCIAÇÃO: III) Desligar-se da ASSOCIAÇÃO, a qualquer tempo, cumprindo todas as obrigações previamente assumidas; IV) Resgatar a quota, após um balanço anual, se houver sobra líquida e na proporção dos valores dos demais associados, após provisão dos Fundos de Reservas previstos po Artigo.13º itens I, II, III, IV. Art.18º São deveres dos sócios: I) Prestar a sua colaboração em iniciativa da ASSOCIAÇÃO; II) Comparecer as Assembléias Gerais; III) Pagar as contribuições previstas neste Estatuto. CAPÍTULO VII . DOS ORGÃOS DA ASSOCIAÇÃO. ART.19° São órgãos da ASSOCIAÇÃO: I) A Assembléia Geral; II) A Diretoria; III) Conselho Fiscal: IV) O Conselho

4

2000

5

groche

Art.20° A Assembléia Geral orgão máximo e soberano ASSOCIAÇÃO, é integrada por todos os sócios em dia com suas obrigações sociais independentemente da sua categoria. Art.21º A Assembléia Geral será convocada pela Diretoria da ASSOCIAÇÃO. Art.22º As Assembleias Gerais serão presididas por um dos seus membros, eleitos dentre seus pares. Art.23º A Diretoria da ASSOCIAÇÃO é composta, no mínimo, por: I) Presidente; II) Vice- Presidente; III)Diretor Financeiro; IV) Diretor Técnico; V) Diretora Secretária; VI) Diretores Vogais. Parágrafo Primeiro: É facultado à ASSOCIAÇÃO nomear tantos Diretores e cargos de Diretoria quantos achar necessário. Parágrafo Segundo: A eleição dos membros da Diretoria será realizada no mês de dezembro para o mandato de 02(dois) anos, assegurado o direito de reeleição parcial ou total. Parágrafo Terceiro: No caso de impedimento ou vaga de um dos cargos da Diretoria por qualquer motivo, caberá aos demais diretores deliberar sobre a substituição por um dos Diretores Vogais. Art.24º O Conselho Fiscal compõese de 03(três) membros titulares e 03(três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral. Parágrafo Único: O mandato do Conselho Fiscal é de 02(dois) anos e coincide com o mandato da Diretoria da ASSOCIAÇÃO, sendo os cargos de exercício gratuito. Art.25° O Conselho Consultivo será composto por um número mínimo de 06(seis) e máximo de 21(virte e um) membros indicados pela Diretoria entre os sócios da ASSOCIAÇÃO e pessoas e/ ou entidades de reconhecida competência na Comunidade. Art.26° O Conselho Consultivo reunir-se à ordinariamente, pelo menos. uma vez a cada trimestre, por convocação de seu Presidente ou, extraordinariamente. sempre que necessário, por convocação do mesmo, ou, maioria dos seus integrantes ou do Conselho Fiscal. Parágrafo Unico: Pessoas juridicas poderão fazer parte do Conselho Consultivo, representadas oficialmente por pessoas físicas. CAPITULO VIII- DA COMPETÊNCIA. Art.27° Compete à Assembléia Geral: 1) Discutir sobre todo e qualquer assunto de interesse da ASSOCIAÇÃO para os quais for convocada: II) Eleger por voto direto, os membros da Diretoria e Conselho Fiscal; III) Apreciar o Relatório de Atividades do ano anterior e aprovar o Plano de Trabalho para o ano em curso; IV) Aprovar os balanços, contas e orçamentos que lhe serão submetidos pela Diretoria após parecer do Conselho Fiscal e examina, quando achar conveniente, livros fiscais e demais documentos da ASSOCIAÇÃO. Parágrafo Primeiro: O Quorum da Assembléia Geral constituir-se á de 2/3 (dois terços) de seus associados, salvo exceção estabelecida neste Estatuto. Parágrafo Segundo: Se, no dia e hora da convocação, não se obtiver o quorum, convocar-se á nova reunião para 15(quinze) minutos depois, a qual poderá decidir validamente com a presença de mais de 50% cinquenta por cento) dos associados, e, em terceira e última convocação 15(quinze) minutos depois, com qualquer número. Parágrafo Terceiro: A convocação para a Assembleia Geral será feita mediante carta protocolada, telex, telegrama ou fax com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, dela devendo constar a pauta sucinta dos assuntos objeto de deliberação, não podendo outro qualquer assunto não pautado ser considerado para votação dessa mesma reunião, feita a advertência do parágrafo segundo. Art.28º Compete à Diretoria da ASSOCIAÇÃO: I) Realizar todos os atos necessários ao adequado cumprimento dos objetivos da ASSOCIAÇÃO; II) Aprovar os acordos, convênios e empréstimos firmados pela ASSOCIAÇÃO; III) Apreciar e submeter à Assembléia Geral, anualmente, o Relatório das Atividades da ASSOCIAÇÃO e as suas contas, acrescidas do parecer do Conselho Fiscal; IV) Submeter à Assembléia Geral, anualmente, o Plano de Negócios e Orçamentos

- twing

,

Plurianual; V) Fixar o valor das contribuições dos associados; VI) Indicar os membros do Conselho Consultivo; VII) Escolher e nomear os cargos da Gerência Executiva e deliberar sobre admissão e demissão do pessoal contratado; VIII) Convocar eleições a cada 02 (dois) anos, através de edital que será afixado na portaria da ASSOCIAÇÃO e publicado nos órgãos de divulgação local, com prazo de 30(trinta) dias de antecedência constando local, data e hora da realização da mesma. Art.29º São atribuições do Presidente da ASSOCIAÇÃO: I) Presidir as reuniões da Diretoria; II) convocar e abrir a Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, quando o Estatuto exigir e/ ou quando considerar necessário III) Representar a ASSOCIAÇÃO, ativa ou passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo constituir procuradores; IV) Autorizar, com o Vice- Presidente ou com o Diretor Financeiro, abertura e fechamento de contas bancárias, emitindo cheques, letras e quaisquer títulos, podendo delegar estas funções através de documentos jurídico; V) Criar comissões e comitês necessários ao melhor funcionamento da ASSOCIAÇÃO; VI) Convocar as eleições através de edital, conforme artigo 28º item VIII deste Estatuto. Art.30º São atribuições do Vice- Presidente, substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e auxiliá-lo no exercício de suas funções. Art.31º São atribuições do Diretor Financeiro, planejar e supervisionar a execução do orçamento e as atividades relacionadas à captação de recusos.Art.32° São atribuições do Diretor Técnico, coordenar a elaboração de projetos e supervisionar as áreas de treinamento, comercialização e divulgação. Art.33º Cabe à Diretora Secretária lavrar as atas de reuniões da Diretoria. da Assembléia Geral, recolher e responder a correspondência oficial da ASSOCIAÇÃO e manter o seu arquivo e acervo de biblioteca. Art.34º São atribuições dos Diretores Vegais substituírem, por qualquer motivo, um ou mais cargos da Diretoria por impedimento ou vaga, cabendo à mesma a sua deliberação. Art.35° As atividades operacionais da ASSOCIAÇÃO serão exercidas por Gerência Executiva indicada pela Diretoria e exercidas por profissionais remunerados contratados e / ou cedidos, mediante condições específicas a serem estabelecidas e aprovadas pela Diretoria. Parágrafo Primeiro: A Gerência Executiva será chefiada por Gerente Executivo e contará com estrutura técnica- administrativa compatível com o desenvolvimento dos trabalhos da ASSOCIAÇÃO. Parágrafo Segundo: O Gerente Executivo terá suas funções e responsabilidades definidas no Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO. Art.36° Compete ao Conselho Fiscal: I) Examinar contas, livros contábeis, documentos fiscais e registros da ASSOCIAÇÃO, emitindo parecer que será anexado ao relatório da Diretoria; II) Verificar, quando julgar necessário, o estado do caixa e os valores em depósitos; III) Examinar o balanço anual e sobre ele emitir parecer à Assembléia Geral; IV) Mostrar à Assembléia Geral irregularidade ou erros por ventura encontrados, sugerindo medidas necessárias as suas regularizações; V) Dar parecer a cerca de assuntos pertinentes às finanças da ASSOCIAÇÃO sempre que consultado pela Assembléia Geral. Art.37º Compete ao Conselho Consultivo assessorar a Diretoria da ASSOCIAÇÃO, através de pareceres e sugestões sobre projetos, programas ou quaisquer questões que lhe forem dirigidas. CAPÍTULOS IX DAS ELEICÕES. Art. 38º A Eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se à por votação direta e secreta, não havendo chapa concorrente a eleição poderá ser feita por aclamação. Art.39º As Eleições para cargo eletivo serão realizadas a cada 02(dois) anos, tomando por base a partir do primeiro dia da posse da Diretoria. Art.40° Só poderão participar de chapas como candidatos nas eleições os associados em dia

1322 groch

Amount.

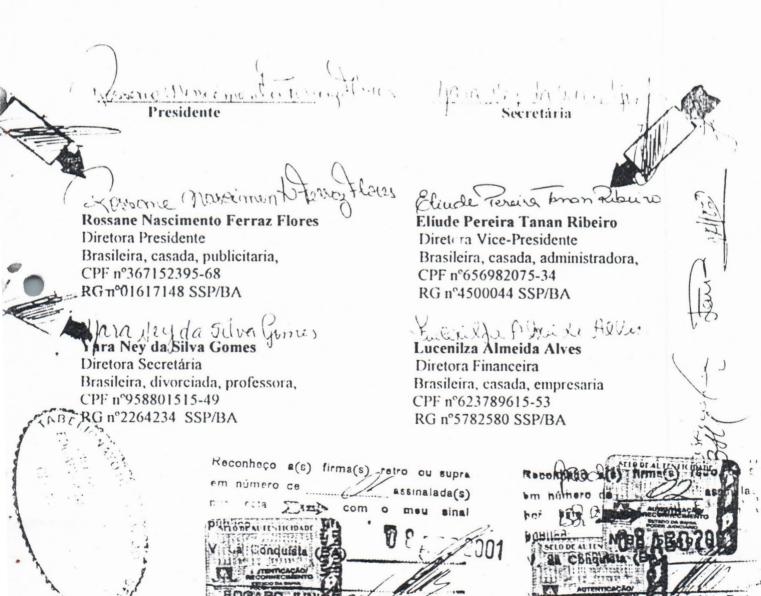
Sell.

com suas obrigações. Art.41º Não será permitido a inscrição, na mesa, chapa de parentes próximo até 2º grau, para a Diretoria e Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO em cada eleição. Art.42º Considerar-se à eleito o candidato que obtiver maioria dos votos dos sócios presentes às eleições, ou seja, a metade mais um. Art.43º Poderá concorrer a eleição duas ou mais chapas. Art.44º Os interessados a concorrerem às eleições terão 15(quinze) dias de prazo para registro de chapas a partir da data da publicação do edital. Art.45° Com antecedência mínima de vinte e cinco dias a Diretoria criará uma comissão eleitoral, constituída de 03(três) membros associados não ocupantes de cargos ou candidatos com as seguintes finalidades: I) Elaborar as instruções gerais da eleição; II) Elaborar a mesa receptora e juntas apuradoras; III) Elaborar os modelos das cédulas que deverão constar os seguintes documentos referentes a cada um dos candidatos; a) A cópia da última declaração do Imposto de Renda Completo; b) Certidão Negativa de Ação Civil, Criminal e de Protesto dos cartórios competentes de cada Comarca em que tenha tido domicílio e residência nos últimos 05(cinco) anos; c) Relação dos bens que possua na data do pedido de registro; d) Declaração de seus componentes de que, se eleitos e após homologação de seus nomes pelo órgão oficial competente, assumirão e exercerão os respectivos mandatos; IV) Apurar os votos; V) Afixar o resultado das eleições; VI) Dar posse aos eleitos. CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. Art.46° O mandato da Diretoria eleita na data de fundação da ASSOCIAÇÃO terá caráter provisório até a eleição convocada para o mês de dezembro, na forma deste Estatuto, Art.47° O presente Estatuto poderá sofrer proposta de reformulação no todo ou em parte a qualquer tempo, a qual será submetida à apreciação da Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO, de acordo com as normas gerais de seu funcionamento e as leis gerais do país. Art.48° A ASSOCIAÇÃO será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim e com aprovação de 2/3 (dois terços) de seus associados. ART.49° Em caso de dissolução, depois de quitadas todas as obrigações, o eventual patrimônio remanescente da ASSOCIAÇÃO será revertido em beneficio de instituições congêneres, com sede no Brasil, com personalidade jurídica perfeita e registrada nos órgãos públicos competentes, a critério da Assembléia Geral da ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONOUISTA- BANCO CONQUISTENSE DA MULHER- BANMULHER, Art. 50° Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral com base nas leis gerais do País. II) A sede e foro da ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA- BANCO CONQUISTENSE DA MULHER- BANMULHER, será provisoriamente na Praça Barão do Rio Branco. nº94- Sala 203, 2º andar- Centro, Vitória da Conquista- Ba. III) A Assembléia reunida nos termos do artigo 27º item II do Estatuto elegeu para compor a Diretoria; Diretora Presidente: Rossane Nascimento Ferraz Flores; Diretora Vice- Presidente: Eliude Pereira Tanan Ribeiro; Diretora Financeira: Lucenilza Almeida Alves; Diretora Secretária: Yara Ney da Silva Gomes; Diretora Técnica: Maria D'Ajuda Cardoso Ferreira; Diretores Vogais: Amélia Nonato da Silva Oliveira; Adeni Bittencourt Santos Mendes; Nos termos do artigo 24º do Estatuto, elegeu para membros do Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Moreira; Verbena Soares da Silva; Ivanilde Amorim Santos- Suplentes- Raimundo José Lima Bonfim; Cristiane Oliveira Mendes; Dalva Andrade de Guimarães; Nos termos do artigo 25º do Estatuto,

BROCKE GROCKE

and the state of t

indicou para membros do Conselho Consultivo: Maria Emilia Caminha de Castro; Cacilda Sales Coelho; Irma Lemos Santos Andrade; Ana Santa de Castro Lima; Marileuza Souza Bulhões; Maria Lucia Cajazeira Mendes; Zilma Calheira da Silva: Maria Rita Teixeira Guimarães: Josélia Souza Santos: Renane Prates Porto; Márcio Nolasco Santos; Aloísio Neves Novais; Zilda dos Santos Gomes; Virgilio Anérico Gustaão Mendes de Andrade; Mônica Soraia Brandão Gonçalves de Magalhães; Neuza Santos Pinto; Girley Rocha; Gislene Prates Barbosa; Maria Sueli Bulhões Pimentel; Rosita Marinho de Castro; Cristina Solange Pereira Santos. Art.51º Este Estatuto foi aprovado em reunião datada de 22 de julho de 2001, no Auditório do Educandário Juvêncio Terra, sito à Rua Ascendino Melo, nº 177- Centro, Vitória da Conquista-Bahia, e entrará em vigor na data de sua publicação. Em seguida, nada mais havendo a tratar, para encerrar a reunião foi lavrada a presente ata que foi lida e aprovada por todas as pessoas presentes e segue assinada por mim. Diretora Secretária e Secretária da reunião, pela Presidente, membros da Diretoria e demais presentes, para ser levada à registro no Cartório competente. Vitória da Conquista, 22 de julho de 2001.



Maria D'Ajuda Cardoso Ferreira
Diretora Técnica
Brasileira, casada, professora
CPF nº172571905-34

Elizabet Carneiro Alves Advogada Consulente Brasileira, casada, advogada, OAB-BA. Nº 11657 CPF:234.186.485-68

RG n°01634158-97 SSP/BA

Diretores Vogais

Amélia Nonato da Silva Oliveira Brasileira, casada, comerciante, CPF nº409049205-00 RG nº696307 SSP/BA

Adeni Bittencourt Santos Mende Brasileira, casada, professora CPF n°472812195-04 RG n°0033959870 SSP/BA

Conselho Fiscal:

Efetivos: Jorge de Oliveira Moreira, Verbena Soares da Silva, Ivanilde Amorim

Suplentes: Raimundo José Lima Bonfim, Cristiane Oliveira Mendes Moraes, Dalva Andrade de Guimarães.

Conselho Consultivo:

Maria Emília Caminha de Castro; Cacilda Sales Coelho; Írma Lemos Santos Andrade; Ana Santa de Castro Lima; Marileuza Souza Bulhões; Maria Lúcia Cajazeira Mendes; Zilma Calheira da Silva; Maria Rita Teixeira Guimarães; Josélia Souza Santos; Renane Prates Porto; Márcio Nolasco Santos; Aloísio Neves Novais; Zilda dos Santos Gomes; Virgilio Américo Gusmão Mendes de Andrade; Mônica Soraia Brandão Gonçalves de Magalhães; Neuza Santos Pinto; Girley Rocha; Gislene Prates Barbosa; Maria Sueli Bulhões Pimentel; Rosita Marinho de Castro; Cristina Solange Pereira Santos.

CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS DOC. E PESSOAS JURÍDICAS

APRÉSENTADO P/ REGISTRO E APONTADO REGISTRADO SOB Nº DE ORDÉM.

SOB O Nº DE ORDEM 22,285 5 119 DO LIVRO ABIS.

DO PROTOCOLO A 2 DO REGISTRO DO REGISTRO VITÓRIO DE ORDEM.

Vitória da Concentata, D9 de 40 2001

Mª do Carmo Queiroz - Oficial e Márcia Melo Curi - Sub-Oficial Designada grodia.

Senhor Contribuinte,

Confire os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencia junto à SRF a sua atualização cadastral.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

00002312



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

04.601.270/00	CARTÃO DE II		IDENTIFICAÇÃO DA A JURÍDICA	09/08/2001	31/10/2003
NOME EMPRESARIAL SSOCIAÇÃO DE		E VITORIA DA CONQU	ISTA, ESTADO DA BAHIA-BAN	CO CONQUISTENSE DA M	ULHER-BANMULHER
BANMULHER	LECIMENTO (NOME DE FA	NTASIA)			
at all the same and the same an	ÃO DA ATIVIDADE ECONÔN		as,ne		
cónigo E DESCRIG 302-6 - ASSOC	ÃO DA NATUREZA JURÍDI	CA			and the second s
LOGRADOURO PRACA BARAO DO RIO BRANCO			NÚMERO 94	COMPLEMENTO SALA 203 - 20 ANDA	R
45000-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		VITORIA DA CONQUISTA		Ur BA
CAIXA POSTAL/FAX TEL: 077-42	/CORRETO ELETRÔNICO/T	ELEFONE			
opr do responsáv 367.152.395-6		AÇÃO ESPECIAL			
ROVADO PELA IN/	SRF NO. 2/2001			VALIDO EM	TODO TERRITORIO NACI

REFORMA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA – "BANCO CONQUISTENSE DA MULHER – BANMULHER"

CAPITULO I

Protocolo Nº 33.715

Registro Nº 5.259-AA/6

Em 31 / 10 / 2001

OTIGIDA DENOMINAÇÃO, REGIME, SEDE, DURAÇÃO E LOGOMARCA

- Art. 1º Fica criada uma ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA- ESTADO DA BAHIA, denominada BANCO CONQUISTENSE DA MULHER "BANMULHER", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida pelo presente Estatuto e pela legislação do país.
- Art. 2º Aplicam-se a esta Associação de Crédito os termos da Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999 e, bem assim, do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, passando a qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- Art. 3º A ASSOCIAÇÃO tem sede e foro na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, provisoriamente situada na Praça Barão do Rio Branco, 94 sala 203 segundo andar, Centro.
- Art. 4º O tempo da duração da ASSOCIAÇÃO é indeterminado.
- Art. 5° A ASSOCIAÇÃO terá direito ao uso da logomarca "BANCO CONQUISTENSE DA MULHER" "BANMULHER", que traduz um rosto estilizado de mulher, em forma circular, com perfil direcionado para frente resultando num jogo de imagens que mostra o progresso, o desenvolvimento.

Ao lado da logomarca vem o nome "BANMULHER" em posição de evidência sendo o conjunto de letras "BAN" na cor rosa pink, aproximando-se do tom magenta e o nome "MULHER" na cor lilás.

Um traço na cor grafite, em posição horizontal, separa a marca do nome "BANCO CONQUISTENSE DA MULHER" – "BANMULHER".

Fand

Z

OCUMENTOS VITÓRIA DA CONQUISTA

and the second

CAPITULO II

DA JURISDIÇÃO

- Art. 6° Esta ASSOCIAÇÃO terá jurisdição nos Municípios da Região Sudoeste da Bahia e. especialmente, nos seguintes: ANAGÉ, ARACATU, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, BOA NOVA, BOM JESUS DA SERRA. CARAÍBAS, CANDIDO SALES, CONDEÚBA, CAETANOS, ENCRUZILHADA, GUAJERU, IGUAÍ, IBICUÍ, ITAMBÉ, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, JACARACI, MAETINGA, MORTUGABA, MIRANTE, NOVA CANÃA, PIRIPÁ, RIBEIRÃO DO LARGO, TREMEDAL E VITÓRIA DA CONQUISTA.
- Parágrafo Único: A ASSOCIAÇÃO aplicará seus recursos nos Municípios da Região Sudoeste da Bahia, integrantes da jurisdição, com o objetivo de fomentar a produção gerando renda, em especial, para a MULHER TRABALHADORA.

CAPITULO III

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

- Art. 7º A ASSOCIAÇÃO, visando estimular, intensificar, normatizar, coordenar e aperfeiçoar serviços em prol do desenvolvimento da população em geral e mais especificamente das mulheres, tem por objetivos:
- I- Proporcionar o desenvolvimento humano, sócio-econômico e cultural, sobretudo dos estratos de mais baixos rendimentos, ampliando sua participação e a de sua família na economia da Região Sudoeste da Bahia e fortalecendo a cidadania;
- II- Apoiar as atividades econômicas exercidas preferencialmente por mulheres, objetivando sua integração no mercado de produção de bens e serviços;
- III- Promover a capacitação de empreendedores de pequenos negócios, através do acesso a técnicas gerenciais e organizacionais:
- IV- Desenvolver o potencial de geração de renda, através da concessão de crédito para financiamento de seus empreendimentos econômicos.
- Art. 8º Para o cumprimento de seus objetivos a ASSOCIAÇÃO poderá promover parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, mediante assinaturas de competentes instrumentos jurídicos, sempre voltado para o cumprimento dos objetivos estatutários da ASSOCIAÇÃO.

Come fold

- Parágrafo Primeiro A Associação não distribuirá entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os se houver, na consecução do objetivo social determinado neste estatuto;
- Parágrafo Segundo A Associação será orientada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência:
- Parágrafo Terceiro Fica expressamente proibido que a Associação distribua qualquer tipo de benefício individual ou coletivo em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 9° O patrimônio da ASSOCIAÇÃO será constituído:

- I- Por recursos que lhe forem destinados mediantes acordos, convênios e contratos de cooperação técnica e financeira;
- II- Por contribuição dos sócios, doações, legados, dotações, auxílios e subvenções que lhe forem feitos por pessoas físicas e jurídicas, de direito privado, nacionais e estrangeiras, por órgãos públicos:
- III- Por bens e direitos provenientes de rendas patrimoniais;
- IV- Por receitas oriundas de serviços que venham a prestar, assim como de investimentos e aplicações que realizar;
- V- Por bens móveis e imóveis que vier a adquirir.

Parágrafo Único: A alienação dos bens imóveis e de direito dependerá de prévia aprovação da Diretoria da ASSOCIAÇÃO.

CAPÍTULO V

DO BALANÇO, SOBRAS E PERDAS E FUNDOS SOCIAIS.

DO BALA

- Art.10° A ASSOCIAÇÃO levantará um balanço semestral, no dia 30 de junho, e outro anual, este no dia 30 de dezembro de cada ano.
- Art.11º As sobras ou perdas serão do conhecimento da Assembléia Geral, após o encerramento do balanço realizado no último dia do mês de dezembro de cada ano.
- Art. 12º O Fundo de Reserva é indivisível entre os associados mesmo nos casos de dissolução ou liquidação da ASSOCIAÇÃO, hipótese em que será recolhido aonde a lei vigente determinar, juntamente com o remanescente não comprometido.
- Art.13º As sobras liquidas á disposição da Assembléia serão lançadas em um "Fundo Especial da Assembléia" até decisão final
- Parágrafo Único: As sobras líquidas serão distribuídas da seguinte forma:
- I Para constituição de um Fundo Especial para liquidez correspondente a 30% (Trinta por cento);
- II Para um Fundo de Reserva Comunitário de 10% (dez por cento), destinado a programas de valorização da Mulher e ou para atender a crianças carentes;
- III Para um Fundo de Reserva Educacional, de 10% (dez por cento), destinado a capacitação e treinamento Educativo dos associados e empregados e dirigentes em políticas de micro crédito;
- IV As sobras líquidas restantes de 50% (cinquenta por cento), serão incorporadas ao capital da sociedade para reaplicação de acordo com o regulamento.
- Art.14º Quando, no exercício, se verificarem prejuízos e o Fundo de Reserva for insuficiente para cobri-los, esses serão atendidos pelos associados, mediante sistema de rateio diretamente proporcional às operações ativas de cada um.

CAPÍTULO VI

DO QUADRO SOCIAL

Market Land

- Art. 15º O quadro social da ASSOCIAÇÃO será constituído por número ilimitado de sócios, pessoas físicas e jurídicas que, preenchendo os requisitos estatutários exigidos para tanto, sejam acolhidos nos termos deste Estatuto e que serão distribuídos nas seguintes categorias:
- I- Sócios Fundadores, aqueles que tiverem assinados a Ata de Fundação da Associação;
- II- Sócios Patrocinadores, aqueles que patrocinarem atividades da ASSOCIAÇÃO em especial as educativas e culturais:
- III- Sócios Colaboradores, aqueles que colaborarem com a ASSOCIAÇÃO através de recursos técnicos ou operacionais:
- IV- Sócios Contribuintes, aqueles que pagarem regularmente contribuições financeiras estabelecidas pela Assembléia Geral.
- V Sócios Beneméritos, aqueles que por seus relevantes serviços e préstimos à ASSOCIAÇÃO, a Assembléia Geral outorgue-lhes o titulo.
- Art. 16° O ingresso dos sócios colaboradores, contribuintes e patrocinadores será referendado pela Diretoria da ASSOCIAÇÃO.

Art. 17º São direitos dos sócios:

- I- Votar e ser votado nas Assembléias gerais;
- II- Participar de todas as atividades da ASSOCIAÇÃO:
- III- Desligar-se da ASSOCIAÇÃO, a qualquer tempo, cumprindo todas as obrigações previamente assumidas;
- IV- Resgatar a quota, após um balanço anual, se houver sobra liquida e na proporção dos valores dos demais associados, após provisão dos Fundos de Reservas previstos no Artigo 13º itens I, II, III, IV.

Art. 18° São deveres dos sócios:

- I- Prestar a sua colaboração em iniciativa da ASSOCIAÇÃO;
- II- Comparecer as Assembléias Gerais;

II-

III- Pagar as contribuições previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO VII

DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 19° São órgãos da ASSOCIAÇÃO:

I- A Assembléia Geral;

II- A Diretoria:

III O Conselho Fiscal;

IV O Conselho Consultivo.

Art.20° A Assembléia Geral, órgão máximo e soberano da ASSOCIAÇÃO, é integrada por todos os sócios em dia com suas obrigações sociais independentemente da sua categoria.

Art. 21° Assembléia Geral será convocada pela Diretoria da ASSOCIAÇÃO.

Art. 22º As Assembléias Gerais serão presididas por um dos seus membros, eleitos dentre seus pares.

Art. 23º A Diretoria da ASSOCIAÇÃO é composta, no mínimo, por:

I- Presidente:

II- Vice-Presidente;

III- Diretor Financeiro:

IV- Diretor Técnico;

V- Diretora Secretária.

VI- Diretores Vogais.

Parágrafo Primeiro: É facultado à ASSOCIAÇÃO nomear tantos Diretores e cargos de Diretoria quantos achar necessário.

Parágrafo Segundo: A eleição dos membros da Diretoria será realizada no mês de dezembro para o mandato de 02 (dois) anos, assegurado o direito de reeleição parcial e total.

Parágrafo Terceiro: No caso de impedimento ou vaga de um dos cargos da Diretoria, por qualquer motivo, caberá aos demais diretores deliberar sobre a substituição por um dos Diretores Vogais.

fand Wolf

Parágrafo Segundo: Se, no dia e hora da convocação, não se obtiver o quorum, convocarse-á nova reunião para 15 (quinze) minutos depois, a qual poderá decidir validamente com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos associados, e. em terceira e última convocação. 15(quinze) minutos depois, com qualquer número.

Parágrafo Terceiro: A convocação para a Assembléia Geral será feita mediante carta protocolada, telex, telegrama ou fax, com antecedência mínima de 15 dias, dela devendo constar a pauta sucinta dos assuntos objeto de deliberação, não podendo outro qualquer assunto não pautado ser considerado para votação dessa mesma reunião, feita a advertência do parágrafo segundo.

Art. 28° Compete à Diretoria da ASSOCIAÇÃO:

- 1-Realizar todos os atos necessários ao adequado cumprimento dos objetivos da ASSOCIAÇÃO:
- 11-Aprovar os acordos, convênios e empréstimos firmados pela ASSOCIAÇÃO:
- 111-Apreciar e submeter à Assembléia Geral, anualmente, o Relatório das Atividades da ASSOCIAÇÃO e as suas contas, acrescidas do parecer do Conselho Fiscal:
- IV-Submeter à Assembléia Geral, anualmente, o Plano de Negócios e Orcamento Plurianual:
- V-Fixar o valor das contribuições dos associados:
- VI-Indicar os membros do Conselho Consultivo:
- VII-Escolher e nomear os cargos da Gerência Executiva e deliberar sobre admissão e demissão de pessoal contratado;
- Convocar eleições a cada 02 (dois) anos, através de edital que será afixado na portaria da ASSOCIAÇÃO e publicado nos órgãos de divulgação local, com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência constando local, data e hora da realização da mesma.
- Instituir remuneração para os dirigentes da Associação que atuem efetivamente na gestão Executiva e para aqueles que a ela prestem serviços específicos, respeitados em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação.

Art. 29° São atribuições do Presidente da ASSOCIAÇÃO:

- I- Presidir as reuniões da Diretoria:
- II- Convocar e abrir a Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, quando o Estatuto exigir e ou quando considerar necessária:
- III- Representar à ASSOCIAÇÃO, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo constituir procuradores:
- IV- Autorizar, com o Vice-Presidente ou com o Diretor Financeiro, abertura e fechamento de contas baneárias, emitindo cheques, letras e quaisquer títulos, podendo delegar estas funções através de documento jurídico;
- V- Criar comissões e comitês necessários ao melhor funcionamento da ASSOCIAÇÃO;
- VI- Convocar as eleições através de edital, conforme artigo 28º item VIII deste Estatuto.
- Art. 30º São atribuições do Vice-Presidente, substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e auxiliá-lo no exercício de suas funções.
- Art. 31 São atribuições do Diretor Financeiro, planejar e supervisionar a execução do orçamento e as atividades relacionadas à captação de recursos.
- Art. 32 São atribuições do Diretor Técnico, coordenar a elaboração de projetos e supervisionar as áreas de treinamento, comercialização e divulgação.
- Art. 33º Cabe à Diretora Secretária, lavrar as atas de reuniões da Diretoria, da Assembléia Geral, recolher e responder a correspondência oficial da ASSOCIAÇÃO e manter o seu arquivo e acervo de biblioteca.
- Art. 34° São atribuições dos Diretores Vogais substituírem, por qualquer motivo um ou mais cargos da Diretoria por impedimento ou vaga, cabendo à mesma a sua deliberação.
- Art.35° As atividades operacionais da ASSOCIAÇÃO serão exercidas por Gerência Executiva indicada pela Diretoria e exercidas por profissionais remunerados, contratados e/ou cedidos, mediante condições específicas a serem estabelecidas e aprovadas pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro: A Gerência Executiva será chefiada por Gerente Executivo e contará com estrutura técnico-administrativa compatível com o desenvolvimento dos trabalhos da ASSOCIAÇÃO.

All Janes

Mill

Parágrafo Segundo: O Gerente Executivo terá suas funções e responsabilidades definidas no Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO.

Art.36° Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar contas, livros contábeis, documentos fiscais e registros da ASSOCIAÇÃO, emitindo parecer que será anexado ao relatório da Diretoria:
- II- Verificar, quando julgar necessário, o estado do caixa e os valores em depósito;
- III- Examinar o balanço anual e sobre ele emitir parecer à Assembléia Geral:
- IV- Mostrar à Assembléia Geral irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo medidas necessárias as suas regularizações;
- V- Dar parecer a cerca de assuntos pertinentes às finanças da ASSOCIAÇÃO sempre que consultado pela Assembléia Geral.
- Art. 37º Compete ao Conselho Consultivo assessorar a Diretoria da ASSOCIAÇÃO, através de pareceres e sugestões sobre projetos, programas ou quaisquer questões que lhe forem dirigidas.

CAPÍTULO IX

DAS ELEIÇÕES

- Art. 38º A Eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta, não havendo chapa concorrente a eleição poderá ser feita por aclamação.
- Art. 39º As Eleições para cargo eletivo serão realizadas a cada 02 (dois) anos, tomando por base a partir do primeiro dia da posse da Diretoria.
- Art.40° Só poderão participar de chapas como candidatos nas eleições os associados em dia com suas obrigações.
- Art. 41º Não será permitido a inscrição, na mesa, chapa de parentes próximos até 2º grau, para a Diretoria e Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO em cada eleição.

tous of

- Art. 42º Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria dos votos dos sócios presentes às eleições, ou seja, a metade mais um.
- Art. 43º Poderá concorrer a eleição duas ou mais chapas.
- Art. 44° Os interessados a concorrerem as eleições terão 15 (quinze) dias de prazo para registro de chapas a partir da data da publicação do edital.
- Art. 45° Com antecedência mínima de vinte e cinco dias a Diretoria criará uma comissão eleitoral, constituída de 03 (três) membros associados não ocupantes de cargos ou candidatos com as seguintes finalidades
- I Elaborar as instruções gerais da eleição;
- II Elaborar a mesa receptora e juntas apuradoras;
- III- Elaborar os modelos das cédulas, que deverão constar os seguintes documentos referentes a cada um dos candidatos;
 - a) A copia da última declaração do Imposto de Renda Completo;
 - b) Certidão negativa de Ação Civil, Criminal e de Protesto dos cartórios competentes de cada comarca em que tenha tido domicilio e residência nos últimos 05 (cinco) anos.
 - c) Relação dos bens que possua na data do pedido de registro;
 - d) Declaração de seus componentes de que, se eleitos e após homologação de seus nomes pelo órgão oficial competente, assumirão e exercerão os respectivos mandatos;
- IV- Apurar os votos;
- VI- Afixar o resultado das eleições;
- VI- Dar posse aos eleitos

CAPITULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46° O mandato da Diretoria eleita na data de fundação da ASSOCIAÇÃO terá caráter provisório até a eleição convocada para o mês de dezembro, na forma deste Estatuto.

tone of

- Art. 47° O presente Estatuto poderá sofrer proposta de reformulação no todo ou em parte a qualquer tempo, a qual será submetida à apreciação da Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO, de acordo com as normas gerais de seu funcionamento e as leis gerais do país.
- Art. 48º A ASSOCIAÇÃO será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim e com aprovação de 2/3 (dois terços) de seus associados.
- Art. 49º Em caso de dissolução, depois de quitadas todas as obrigações, o eventual patrimônio líquido da ASSOCIAÇÃO será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e que tenha, preferencialmente, o mesmo objeto social.
 - Parágrafo Primeiro Caso a Associação perca a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o patrimônio disponível formado com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela condição, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, preferencialmente, com o mesmo objeto social.
 - Parágrafo Segundo A Associação fará prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos na forma determinada pelo Parágrafo Único do Artigo 70 da Constituição Federal, permitida a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento.
 - Parágrafo Terceiro A Associação dará publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo certidões negativas junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os á disposição para exame de qualquer cidadão;

Parágrafo Quarto - A Associação fará prestação de contas de todas os recursos e bens de origem pública recebidos na forma determinada pelo Parágrafo Único do artigo 70 da Constituição Federal, permitida a realização de auditoria, inclusive por auditores externos

A STATE OF THE STA

independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento".

- Art. 50° I Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral com base nas leis gerais do País.
 - II A sede e foro da ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO DA MULHER DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA BANCO CONQUISTENSE DA MULHER BANMULHER, será provisoriamente na Praça Barão do Rio Branco, nº 94 Sala 203, 2º andar Centro, Vitória da Conquista -BA
 - III A Assembléia reunida nos termos do artigo 27º item II do Estatuto elegeu para compor a DIRETORIA: Diretora Presidente: Rossane Nascimento Ferraz Flores: Diretora Vice- Presidente: Eliude Pereira Tanan Ribeiro: Diretora Financeira: Lucenilza Almeida Alves; Diretora Secretária: Yara Nev da Silva Gomes: Diretora Técnica: Maria D'Ajuda Cardoso Ferreira: DIRETORES VOGAIS: Amélia Nonato da Silva Oliveira; Adeny Bittencourt Santos Mendes; Nos termos do artigo 24º do Estatuto, elegeu para membros do CONSELHO FISCAL: Jorge de Oliveira Moreira; Verbena Soares da Silva; Ivanilde Amorim Santos - SUPLENTES: Raimundo José Lima Bonfim; Cristiane Oliveira Mendes; Dalva Andrade de Guimarães: Nos termos do artigo 25º do Estatuto, indicou para membros do CONSELHO CONSULTIVO: Maria Emília Caminha de Castro: Cacilda Sales Coelho: Irma Lemos Santos Andrade: Ana Santa de Castro Lima: Marileuza Souza Bulhões; Maria Lúcia Cajazeira Mendes; Zilma Calheira da Silva: Maria Rita Teixeira Guimarães: Josélia Souza Santos: Renane Prates Porto; Márcio Nolasco Santos; Aloísio Neves Novais; Zilda dos Santos Gomes: Virgílio Américo Gusmão Mendes de Andrade: Mônica Soraia Brandão Gonçalves de Magalhães: Neuza Santos Pinto: Girley Rocha; Gislene Prates Barbosa: Maria Sueli Bulhões Pimentel: Rosita Marinho de Castro: Cristina Solange Pereira Santos.

Art. 51º A Reforma deste Estatuto foi aprovada em ASSEMBLÉIA GERAL realizada nesta data, sito na Praça Barão do Rio Branco, nº 94, - Sala 203, nesta cidade, entrando em vigor na data de sua publicação.

All Janes Janes

Vitória da Conquista, 15 de outubro de 2001.

Rossane Nascimento Ferraz

Flores

Diretora Presidente

Brasileira, casada publicitária,

CPF: 367152395/68

RG: 0161714897SSP-BA

Cliede Percira Langa Kibeine

Diretora Vice-Presidente

Brasileira, casada, administradora,

CPF: 656982075/75

RG: 4500044-14SSP-BA

a Almeida Alver.

Lucenilza Almeida Alves

Diretora Financeira

Brasileira, casada, empresária,

CPF: 623789615/53 RG: 5782580 SSP-BA Yara Ney da Silva Gomes.

Diretora Secretária

Brasileira, divorciada, professora,

CPF: 958801515/49 RG: 2264234 SSP-BA

Maria D'Ajudi (Vorseira Maria D'Ajuda C. Ferreira

Diretora Técnica

Brasileira, casada, professora,

CPF: 172571905/34

RG: 01634158-97SSP-BA

Elisabet Carneiro Alves

Advogada Consulente

Brasileira, casada, advogada,

OAB-BA. Nº 11657

CPF:234.186.485-68

Diretores Vogais;

Amélia Nonato da Silva Oliveira CEP: 409049205/00 RG: 696307

End: Ernesto Dantas,55 B. Centro

-Adeni Btencourt Santos Mendes CPF: 472812195/04 RG: 00339598-70

Rua: Silqueira Campos, 887 APT° 801

B. Recreio

Conselho Fiscal:

Efetivos: Jorge de Oliveira Moreira, Verbena Soares da Silva, Ivanilde Amorim Santos, Suplentes: Raimundo José Lima Bonfim, Cristiane Oliveira Mendes Moraes, Dalva Andrade de Guimarães.

Conselho Consultivo:

Maria Emília Caminha de Castro; Cacilda Sales Coelho; Írma Lemos Santos Andrade; Ana Santa de Castro Lima; Marileuza Souza Bulhões; Maria Lúcia Cajazeira Mendes; Zilma Calheira da Silva; Maria Rita Teixeira Guimarães; Josélia Souza Santos; Renane Prates Porto; Márcio Nolasco Santos; Aloísio Neves Novais; Zilda dos Santos Gomes; Virgilio Américo Gusmão Mendes de Andrade; Mônica Soraia Brandão Gonçalves de Magalhães; Neuza Santos Pinto; Girley Rocha; Gislene Prates Barbosa; Maria Sueli Bulhões Pimentel; Rosita Marinho de Castro; Cristina Solange Pereira Santos.

CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS DOC. E PESSOAS JURÍDICAS

APPRESENTATION PURE CISTRO E AFONTADO RECUERTRADO SOB BU DE ORDERA 33215 5.259 VOLUMBRO A HILLE SOB ON THE ORDERA 33215 DO RESISTED DO RESISTENCIA DO RESISTED DO

Mº do Carmo Queiroz - Oficial o Márcia Melo Curi - Suly-Oficial Designada